

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
ATIVO		53.633.607	50.110.372	PASSIVO		53.633.607	50.110.372
Circulante		7.020.229	29.752.375	Circulante		5.521.047	29.371.507
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	6.238.174	18.786.630	Fornecedores de Bens e Serviços	14	874.104	1.373.589
Caixa		1.291	1.531	Contratos a Faturar	15	1.200.494	-
Banco C/ Movimento - Recursos com Restrição		14.925	11	Obrigações Sociais	16	448.524	395.906
Aplicações Financeiras - Recursos com Restrição		6.221.958	18.785.088	Obrigações Tributárias	17	94.593	100.514
Créditos a Receber		292.025	10.267.559	Outras Obrigações	18	255.433	302.901
Contrato de Gestão e Convênios	5	-	9.966.964	Provisões Folha de Pagamento	19	1.419.340	1.240.317
Adiantamento a Colaborador	6	82.797	102.631	Subvenções a Realizar	20	1.228.559	25.958.280
Adiantamento a Fornecedor	7	38.668	43.997				
Crédito Judicial	8	6.148	6.148	Não Circulante + PL + Compensado		48.112.560	20.738.865
Despesas Antecipadas	9	76	-	Não Circulante		1.499.182	9.901.780
Outros Direitos	10	164.336	147.819	Contrato de Gestão	21	-	9.515.727
Estoques	11	490.029	698.185	Processos/Contingências	22	1.499.182	386.053
Estoque com Restrição		490.029	698.185	PATRIMÔNIO LIQUIDO			
Não Circulante + Compensado		46.613.378	20.357.997	Patrimônio Social		-	-
Realizável a Longo Prazo	12	-	9.515.727	Superávit ou Déficit Acumulado com Restrição		-	-
Contrato de Gestão		-	9.515.727	Passivo Compensado	26	46.613.378	10.837.085
Investimentos		-	-	Contrato de Gestão		32.996.649	-
Imobilizados	13	-	5.185	Bens Cedidos		598.601	234.524
Imobilizados		-	5185	Bens Adquiridos Contrato de Gestão		8.641.606	7.556.380
Intangível		-	-	Estoque Terceiros		74.483	90.673
Ativo Compensado	26	46.613.378	10.837.085	Isenção Cebas		4.302.040	2.955.507
Contrato de Gestão		32.996.649	-				
Bens Cedidos		598.601	234.524				
Bens Adquiridos Contrato de Gestão		8.641.606	7.556.380				
Estoque Terceiros		74.483	90.673				
Isenção Cebas		4.302.040	2.955.507				

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

	Nota	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS		40.184.843	27.901.675
Receita com Atividades na Saúde c/ Restrição	23	40.184.843	27.901.675
Receitas de Subvenção Governamental		40.184.843	27.901.675
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(21.937.119)	(16.194.619)
Despesas/Custos c/ Material, Serviços e Pessoal	24	(21.937.119)	(16.194.619)
Custos com Materiais		(3.602.344)	(2.851.720)
Outras Despesas		(1.924)	(30.259)
Custos com Serviços		(536.658)	(378.877)
Custos com Manutenção		-	(2.252)
Despesas com Pessoal		(15.932.365)	(11.655.617)
Encargos Trabalhistas		(1.815.033)	(1.248.429)
Benefícios Trabalhistas		(48.796)	(27.466)
RESULTADO BRUTO		18.247.724	11.707.056
DESPESAS OPERACIONAIS		(18.247.724)	(11.707.056)
Despesas c/ Atividade de Saúde c/ Restrição	25	(18.247.724)	(11.707.056)
Aluguéis Operacionais		(693.297)	(203.441)
Serviços Contratados		(14.057.875)	(9.330.125)
Manutenção		(182.823)	(125.217)
Despesas de Apoio Administrativo		(18.816)	(1.363)
Despesas Tributárias		(2.957)	(3.781)
Despesas c/ Execução do Patrimônio		(507.837)	(400.945)
Rateio Despesas Administrativas		(1.342.124)	(1.423.779)
Despesas Financeiras		(5.559)	(6.310)
Processos/Contingências		(1.436.437)	(212.095)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO PERÍODO		-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022 - EM REAIS

	2023	2022
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-
TOTAL DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/Déficit do exercício	-	-
Superávit / Déficit Ajustado	-	-
Aumento (Diminuição) nos Ativos Circulantes	19.704.602	(6.889.932)
Clientes e Outros Diretos	(16.517)	(73.774)
Créditos Judiciais	-	(6.148)
Recursos Subvenção Governamental	19.482.692	(6.699.506)
Adiantamento a Colaboradores	19.833	(27.071)
Adiantamento a Fornecedores	5.329	(43.997)
Estoque	208.156	(34.251)
Imobilizado	5.185	(5.185)
Despesas Antecipadas	(76)	-
Aumento (Diminuição) nos Passivos Circulantes	(32.253.058)	9.326.015
Fornecedores de Bens e Serviços	(499.485)	341.628
Contratos a Faturar	1.200.494	-
Obrigações com Colaboradores	-	(2.581)
Encargos Sociais	37.408	34.570
Obrigações Tributárias	9.289	115.622
Outras Obrigações	(47.468)	75.248
Provisões de Folha de Pagamento	179.023	272.907
Contrato de Gestão e Convênios	(34.245.448)	8.286.730
Processos/Contingências	1.113.129	201.892
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(12.548.456)	2.436.083
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Bens e Direitos para o Ativo	-	-
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(=) Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamento	-	-
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(12.548.456)	2.436.083
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início Do Exercício	18.786.630	16.350.547
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	6.238.174	18.786.630
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	(12.548.456)	2.436.083

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO DIRETO) DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

	2023	2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RECURSOS RECEBIDOS		
Recursos Subvenção Governamentais	25.422.087	29.488.899
Outros Recebíveis	(16.517)	(79.923)
PAGAMENTOS REALIZADOS	(37.451.374)	(26.566.764)
Fornecedores de Insumos e Bens	(15.964.809)	(9.742.281)
Contratos a Faturar	1.200.494	-
Estoque e Custo com Materiais	(3.394.188)	(2.885.970)
Obrigações com Colaboradores, Benefícios e Encargos Sociais	(17.738.953)	(12.926.593)
Obrigações Tributárias e Despesas Tributárias	6.333	111.841
Outros Obrigações e Obrigações com Rateio	(1.391.516)	(1.378.791)
Provisões Folha de Pagamento	179.023	272.907
Processos/ Contingências	(323.308)	(10.203)
Despesas de Apoio Administrativo	(18.892)	(1.363)
Despesas Financeiras	(5.559)	(6.310)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(12.045.804)	2.842.213
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Bens e Direitos para Ativo e Despesas com Execução	(502.652)	(406.130)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(502.652)	(406.130)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
SALDO TOTAL LÍQUIDO DE OPERACIONAL/INVESTIMENTO E FINANCIAMENTO	(12.548.456)	2.436.083
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	18.786.630	16.350.547
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	6.238.174	18.786.630
VARIAÇÃO OCORRIDA NO EXERCÍCIO	(12.548.456)	2.436.083

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

DMPL	Patrimônio Social	Superávit/Déficit do Exercício	Total do Patrimônio Líquido
Fundo Social em 31/12/2021			
Apropriação do Superávit/Deficit 2021			
Superávit/Déficit do Exercício 2022			
Fundo Social em 31/12/2022	-	-	-
Apropriação do Superávit/Déficit 2022			
Superávit/Déficit do Exercício 2023			
Fundo Social em 31/12/2023	-	-	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (EM REAIS)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária Colônia Santa Marta - HDS unidade hospitalar filial constituída pela Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde - Agir, sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social pelo Decreto Estadual nº. 5.591/2002, constituída em 06 de maio de 2002, tendo iniciado suas atividades em 1 de agosto de 2002 com a finalidade básica de promoção de ações assistenciais de atenção à saúde. Para a obtenção de suas finalidades, as fontes de recursos provêm de contribuições dos associados, subvenções, doações, contratos de gestão com entidades públicas, aplicações financeiras de subvenções.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas abaixo em detalhes têm sido aplicadas de maneira consistente nas operações contábeis e financeiras do CRER, em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

- As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros de acordo com a **Resolução 1409/12**, que aprova a **ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros** e tem por objetivo estabelecer critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidades sem finalidade de lucros.

- Essas práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

- A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as referidas normas requer o uso de estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da entidade no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na **nota 3**.

2.1.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DOS SUPERINTENDENTES

A superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em **31 de dezembro de 2023** e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

2.2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em **2023** a unidade hospitalar manteve a estrutura com **CNPJ 05.029.600/0004-49 - HDS**.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da entidade e, também, a sua moeda de apresentação.

2.4. CONTRATO DE GESTÃO

Visando o gerenciamento das ações e serviços de saúde a AGIR/HDS assinou Contrato de Gestão:

Termo de Transferência de Gestão 002/2013-SES/AGIR/HDS. Em 02 de dezembro de 2013, foi firmado termo de transferência de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde visando a transferência da gestão do Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária Colônia Santa Marta

(HDS): 10º Termo Aditivo vigente assinado em 22/12/2023, com vigência de 28/03/2023 até 27/03/2024, com possibilidade de renovação.

2.5. ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTAS

Com o intuito de unificação e tratamento contábil, bem como a padronização a SES - Secretaria de Estado da Saúde de Goiás através do Ofício Circular nº 689/2020 – SES e posteriormente o Ofício Circular nº. 797/2020 – SES determinou a adequação do Plano de Contas de todas as unidades administradas por OS's a adotar o modelo SES-GO, sendo assim, as unidades administradas pela AGIR: HDS adotou o Plano de Contas modelo SES-GO a partir de 2021.

2.6 POLÍTICA CONTÁBIL E FINANCEIRA

A Agir com objetivo de garantir a gestão efetiva das informações contábeis e financeiras objetivando registros confiáveis, rastreabilidade e transparência no que se refere a adequada aplicação dos recursos financeiros geridos pela Agir, declarou em outubro de 2021 a Política Contábil e Financeira.

3. ATIVOS, PASSIVOS E RESULTADOS

a) Caixa e Equivalente de Caixa

Contemplam numerário em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses valores estão demonstrados no custo acrescidos das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações financeiras.

b) Regime de Apropriação

Os custos, as despesas e as receitas da entidade foram apropriadas em obediência ao regime de competência do exercício, e os direitos e obrigações foram classificados em ordem decrescente de realização e exigibilidade (grau de liquidez), respectivamente, sendo que aqueles vencíveis até o exercício seguinte foram classificados no Circulante, enquanto os que irão vencer após o término do exercício seguinte foram classificados no Não Circulante.

c) Apuração de Resultado

- As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência, ou seja, quando os seguintes aspectos tiverem sido cumulativamente atendidos: (a) haja evidência da existência de contrato; (b) o serviço tenha sido efetivamente prestado; (c) o preço esteja fixado e determinado; e (d) o recebimento seja provável.

- As doações e contribuições são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

- As receitas com trabalhos voluntários são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes financeiros que o HDS haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. Em 31 de dezembro de 2023 a unidade hospitalar registrou receitas e despesas relacionadas aos trabalhos voluntários nas demonstrações financeiras, vide nota explicativa n.º 30

d) Ativos e Passivos Não Circulantes

Demonstrados por valores de realização/obrigação, conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos ou as despesas incorridas até a data do Balanço Patrimonial.

e) Julgamentos ou Estimativas

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data-base das Demonstrações Contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor



HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. As principais premissas relativas à incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são: (a) As subvenções a apropriar, para as quais a unidade tem razoável segurança de que há risco provável de não recebimento (perdas prováveis) e (b) provisão para riscos e processos judiciais.

f) Receitas de Aplicações de Subvenções

As aplicações financeiras referentes aos recursos recebidos de subvenções estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do Balanço Patrimonial.

g) Subvenções Governamentais

Subvenção governamental é uma assistência do governo na forma de transferência de recursos para a entidade em troca de cumprimento passado ou futuro de condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. As subvenções governamentais são reconhecidas da seguinte forma: I) A subvenção que não impõe condições de desempenho futuro sobre a entidade recebedora é reconhecida como receita quando os valores da subvenção forem líquidos e certos; II) A subvenção que impõe determinada condição de desempenho futuro sobre a entidade é reconhecida como receita apenas quando as condições de desempenho forem atendidas; III) As subvenções recebidas antes dos critérios de reconhecimento de receitas serem satisfeitos são reconhecidas no passivo. A entidade mensura as subvenções pelo valor justo do ativo recebido ou recebível. A subvenção governamental é reconhecida como receita ao longo do período e confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições deste Pronunciamento **CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais**. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é feita em conta específica do passivo.

h) Estoques

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição, deduzido das perdas decorrente do fluxo normal das atividades. Na unidade hospitalar está relacionada, principalmente a materiais hospitalares, medicamentos e de consumo para serem utilizados junto aos clientes atendidos no hospital, sendo que os mesmos se apresentam livres de ônus ou gravames.

i) Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição, construção ou doação, até a conclusão dos procedimentos de transferência para a Secretaria de Estado de Saúde - SES/GO, conforme determina o contrato de gestão. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição. Após a formalização da transferência dos bens, o CRER fica com a obrigação de guarda, controle e manutenção dos mesmos.

j) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura/nota fiscal ou do contrato correspondente. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano.

k) Aspectos Tributários

A Agir é uma entidade sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária nos termos dos artigos 150, inciso VI, alínea "c" e 195 da Constituição Federal, portanto, imune/isenta de recolhimento de impostos e contribuições, e é detentora da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), atualmente renovada pela portaria do Ministério da Saúde nº 639, de 22 de setembro de 2022, com validade de 29/06/2021 a 28/06/2024.

l) Gratuidades – Atendimento SUS

Em decorrência da Certificação de Entidades Beneficente de Assistência Social (CEBAS), concedida em 2012, renovada através da portaria do Ministério da Saúde nº 639, de 22 de setembro de 2022 com validade de 29/06/2021 a 28/06/2024. A unidade hospitalar atende somente a clientes da rede SUS, portanto cumprindo as determinações das Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009 que dispõe sobre o CEBAS regulamentada pelo Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014. (Revogada pela Lei complementar 187 de dezembro de 2021).

m) Provisão para Prováveis Perdas em Processos Judiciais

O HDS é parte em processos judiciais, conforme descrito na **nota 22**. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da Agir.

n) Patrimônio Social

O Patrimônio Social do HDS é apresentado com saldos nulos, em razão do cumprimento do **PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais**, item 15, letra (b), onde se lê:

(b) "subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação".

E, item 16, onde se lê: "É fundamental, pelo regime de competência, que a receita de subvenção governamental seja reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período necessário e confrontada com as despesas correspondentes. Assim, o reconhecimento da receita de subvenção governamental no momento de seu recebimento somente é admitido nos casos em que não há base de alocação da subvenção ao longo dos períodos beneficiados".

o) Demais Passivos Circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

4. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

DESCRIÇÃO	2023	2022
Caixa	1.291	1.531
Bancos Conta Movimento (A)	14.925	11
Aplicações Financeiras (B)	6.221.958	18.785.088
TOTAL	6.238.174	18.786.630

(A) Recursos vinculados ao Contrato de Gestão, o qual não foi transferido para contas de aplicação.

(B) As aplicações financeiras são recursos de subvenções e referem-se substancialmente a CDB (Certificado de Depósito Bancário), remuneradas a taxa de 97,50% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER

Refere-se aos valores de serviços prestados ainda em fase de recebimento, apropriação de contratos de gestão junto ao Estado de Goiás.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Subvenções a Receber	-	9.966.964
TOTAL	-	9.966.964

(A) O saldo de Subvenções a Receber foi reclassificado para o Ativo Compensado, conforme orientação do Manual do Terceiro Setor, item 6, letra (a) e manifestação do contratante Secretaria de Estado de Saúde de Goiás – SES-GO.

6. ADIANTAMENTO A COLABORADOR

DESCRIÇÃO	2023	2022
Adiantamento de Férias (A)	47.385	71.018
Adiantamento de Plano de Saúde (A)	35.412	31.612
TOTAL	82.797	102.631

(A) Os adiantamentos realizados aos colaboradores são valores pagos de acordo com a legislação específica do trabalho e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT, com realização prevista para o mês de janeiro de 2024.

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDOR

DESCRIÇÃO	2023	2022
Adiantamento a Fornecedores	-	7.800
Creditos com Fornecedor (A)	38.668	36.196
TOTAL	38.668	43.997

(A) As condenações judiciais suportadas nas ações envolvendo a OFFICE Segurança como 1º Requerido foram pagas em razão da atribuição de responsabilidade subsidiária à tomadora de serviços, AGIR, para o pagamento das verbas trabalhistas rescisórias devidas aos funcionários que prestaram serviços em nossas unidades de saúde por meio da empresa em questão. Esta atribuição se deu pelo fato da referida empresa ter decretado sua recuperação judicial. Diante deste cenário, a AGIR está providenciando sua habilitação nos autos da recuperação judicial para tentar reaver os valores pagos nestes casos, visto que se trata de crédito trabalhista devido pela OFFICE Segurança.

8. CRÉDITO JUDICIAL

Os depósitos judiciais são recursos depositados em decorrência das ações do curso normal das atividades.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Créditos Judiciais (A)	6.148	6.148
TOTAL	6.148	6.148

Valor de Crédito Judicial de R\$ 6.148 é composto pelo processo trabalhista: 0010374-50.2022.5.18.0011. Os créditos judiciais estão classificados no

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

ativo circulante por ter a previsibilidade de execução das ações no ano de 2024.

9. DESPESAS ANTECIPADA

Trata-se de valores relativos a seguros referentes a bens corpóreos da unidade, como prédios e veículos.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Seguro a Propriar HDS	76	-
TOTAL	76	-

10. OUTROS DIREITOS

DESCRIÇÃO	2023	2022
Empréstimos Estoque Concedidos (A)	158.847	147.819
Direito HDS a Receber Agir (B)	5.489	-
TOTAL	164.336	147.819

(A) Refere-se aos empréstimos realizados para outras unidades hospitalares do estado de Goiás.

(B) Valor a Receber da Unidade Agir de R\$ 5.489 refere-se as despesas de pessoal/encargos de colaboradores transferidos entre unidades.

11. ESTOQUE

Os estoques estão relacionados principalmente a materiais hospitalares e medicamentos a serem utilizados na operacionalização da unidade hospitalar. O método de avaliação de estoques é o da média ponderada móvel.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Medicamentos HDS	159.531	208.806
Material Hospitalar HDS	233.392	362.147
Odontologia HDS	11.523	16.560
Hemodinâmica HDS	232	232
Nutrição e Dietética HDS	19.109	34.637
Dietas HDS	454	-
Material de Higiene / Limpeza HDS	4.383	3.016
Impressos e Mat. Expediente HDS	22.302	22.821
Produtos Químicos HDS	840	1.086
Móveis / Utensílios Mat. Relac HDS	418	1.716
Móveis / Utensílios - Consumo HDS	3.551	10.149
Acessórios de Informática HDS	9.788	6.631
Ludoterapia HDS	127	73
Segurança HDS	14.978	11.272
Manutenção HDS	9.192	19.039
Combustível HDS	211	-
TOTAL	490.029	698.185

12. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

É considerado um ativo realizável a longo prazo aquele que só se tornará líquido em um prazo maior que um ano.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contrato de Gestão (A)	-	9.515.727
TOTAL	-	9.515.727

(A) Montante a receber da Secretária de Estado da Saúde – GO, referente ao 04º e 5º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, parcela de fevereiro do ano de 2018 à dezembro de 2018. O saldo de Subvenções a Receber foi reclassificado para o Ativo Compensado, conforme orientação do Manual do Terceiro Setor, item 6, letra (a) e manifestação do contratante Secretaria de Estado de Saúde de Goiás – SES-GO.

13. IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO	2023	2022
Equip Enfermagem Permanente HDS (A)	-	167
Equip Informática HDS (A)	-	3.518
Móveis / Utensílios HDS (A)	-	1.500
TOTAL	-	5.185

(A) Por se tratar de contas transitórias, todos os bens foram tombados dentro da competência de dezembro de 2023.

14. FORNECEDORES

Os fornecedores em 31 de dezembro de 2023 do HDS com prazo médio de vencimento inferior a 90 dias:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Fornecedores de Insumos HDS (A)	354.618	273.262
Fornecedores de Serviços Médicos HDS (A)	315.573	427.606
Fornecedores de Serviços Diversos HDS (A)	201.733	672.721
Fornecedores de Bens Patrimoniais HDS (A)	2.180	-
TOTAL	874.104	1.373.589

(A) Os fornecedores em 31 de dezembro de 2023 do CRER com prazo médio de vencimento inferior a 90 dias, as obrigações a pagar referem-se às aquisições de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da unidade.

15. CONTRATO A FATURAR

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contratos a Faturar Serviços Médicos (A)	459.325	-
Contratos a Faturar Serviços Diversos (A)	741.169	-
TOTAL	1.200.494	-

(A) Do montante, o valor de R\$ 459.325 refere-se à lançamento de notas fiscais da competência 12/2023 o qual são revertidas em janeiro de 2024.

(B) Do montante, o valor de R\$ 741.169 refere-se à lançamento de notas fiscais da competência 12/2023 o qual são revertidas em janeiro de 2024.

16. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

As obrigações sociais do HDS foram reconhecidas pelo regime de competência, são referentes a INSS, FGTS, Contribuição Sindical e Imposto de Renda Retido sobre a Folha de Pagamento com liquidação prevista para janeiro de 2024.

DESCRIÇÃO	2023	2022
INSS de Folha a Recolher	73.103	67.233
FGTS de Folha a Recolher	133.563	106.613
Contribuições Sindicais a Pagar	15.132	10.544
IRRF / Sobre Folha a Recolher	226.726	211.515
TOTAL	448.524	395.906

17. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA

As obrigações tributárias do HDS foram reconhecidas pelo regime de competência, são referentes a retenção sobre serviços de terceiros, com liquidação prevista para janeiro de 2024.

DESCRIÇÃO	2023	2022
IRRF sobre Pessoa Jurídica a Recolher	10.759	10.743
ISS Retido a Recolher	36.016	20.986
PIS/COFINS/CSLL Serv. Terc. a Recolher	21.354	26.728
INSS Ret. Serv. Terc. a Recolher	26.463	42.057
TOTAL	94.593	100.514

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

DESCRIÇÃO	2023	2022
Outras Obrigações (A)	2.811	400
Obrigações HDS a Pagar Agir - HDS (A)	13.343	19.934
Obrigações HDS a Pagar CRER - HDS (A)	1.640	3.796
Obrigações HDS a Pagar HUGOL - HDS (A)	1.659	-
Empréstimos de Estoque Recebidos HDS (B)	104.109	149.004
Obrigações Com Rateios Agir - HDS (C)	131.870	129.767
TOTAL	255.433	302.901

(A) Refere-se ao curso ministrado pelo CED/Agir descontado em folha mensalmente, e despesa de pessoal/encargos de colaboradores transferidos entre unidades no ano de 2023.

(B) Refere-se aos empréstimos realizados para outras unidades hospitalares do estado de Goiás.

(C) Valores não repassados do HDS referente as despesas administrativas da Agir que são rateadas entre as unidades hospitalares administradas.

19. PROVISÕES FOLHA DE PAGAMENTO

Os saldos são compostos por provisão de férias e encargos.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Provisão de Férias	1.314.204	1.148.442
Provisão de FGTS sobre Férias	105.136	91.875
TOTAL	1.419.340	1.240.317

20. SUBVENÇÕES A REALIZAR - CIRCULANTE

Representado por valores a realizar do Contrato de Gestão.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contrato de Gestão (A)	1.228.559	25.831.102
Fundo de Provisão para Fins Rescisórios - HDS (B)	-	127.178
TOTAL	1.228.559	25.958.280

(A) A redução do valor ocorreu devido a reclassificação de saldo para o Ativo Compensado, conforme orientação do Manual do Terceiro Setor, item 6, letra (a) e manifestação do contratante Secretaria de Estado de Saúde de Goiás – SES-GO.

(B) Trata-se de fundo de provisão para fins de rescisões trabalhistas e ações judiciais. Deverá ser formado com depósitos mensais de 3% do valor repassado pelo parceiro público para pagamento de pessoal CLT (Cláusula 7.14) do 6º Termo Aditivo nº 002/2013 – SES/GO. Em 2023 o saldo do fundo rescisório encontra-se zerado, pois o valor foi utilizado para pagamento de rescisões.

agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

21. SUBVENÇÕES A REALIZAR – NÃO CIRCULANTE

Representado por valores a aplicar do Contrato de Gestão.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contrato de Gestão 002/2013-SES/GO HDS (A)	-	9.515.727
TOTAL	-	9.515.727

(A) Montante a receber da Secretária de Estado de Saúde – GO, referente ao 04º e 5º Termo Aditivo do Contrato de Gestão, parcela de fevereiro do ano de 2018 à dezembro de 2018. O saldo de Subvenções a Receber foi reclassificado para o Ativo Compensado, conforme orientação do Manual do Terceiro Setor, item 6, letra (a) e manifestação do contratante Secretária de Estado de Saúde de Goiás – SES-GO.

22. PROCESSOS / CONTINGÊNCIAS

DESCRIÇÃO	2023	2022
Provisão de Contingências Trabalhistas	1.499.182	371.053
Provisão de Contingências Cíveis	-	15.000
TOTAL	1.499.182	386.053

A administração, com base em informações de sua assessoria jurídica e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso. O HDS é parte de ações judiciais cíveis e trabalhistas, decorrente do curso normal de suas operações. O registro das mesmas se dá, como preconiza a lei, quando existe provável execução. O HDS possui também Ações Judiciais Trabalhistas R\$ 329.474 classificadas como possíveis.

23. RECEITA COM ATIVIDADES NA SAÚDE COM RESTRIÇÃO

As receitas são de subvenções governamentais reconhecidas ao longo do período do Contrato de Gestão e confrontada com as despesas, por meio de execução, que pretende compensar em base sistemática e atendidas as condições do CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamentais.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contrato de Gestão	40.184.843	27.901.675
TOTAL	40.184.843	27.901.675

24. DESPESAS / CUSTOS COM MATERIAL, SERVIÇOS E PESSOAL

As despesas relacionadas referem-se às despesas ocorridas no curso normal da atividade da unidade hospitalar reconhecidas conforme regime de competência.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Despesas com Pessoal	(15.932.365)	(11.655.617)
Encargos Trabalhistas	(1.815.033)	(1.248.429)
Benefícios Trabalhistas	(48.796)	(27.466)
Custo c/ recursos humanos	(17.796.194)	(12.931.511)
Custos com Materiais	(3.602.344)	(2.851.720)
Outras Despesas	(1.924)	(30.259)
Custos com Serviços	(536.658)	(378.877)
Custos com Manutenção	-	(2.252)
Custo c/ Recursos Hospitalares	(4.140.926)	(3.263.108)
TOTAL	(21.937.119)	(16.194.619)

Despesas e custos operacionais referente a manutenção das atividades desenvolvidas para garantir o funcionamento da unidade hospitalar.

25. DESPESAS COM ATIVIDADES DE SAÚDE COM RESTRIÇÃO

As despesas relacionadas referem-se às despesas ocorridas no curso normal da atividade da unidade hospitalar reconhecidas conforme regime de competência.

DESCRIÇÃO	2023	2022
Despesas de Apoio Administrativas	(18.816)	(1.363)
Despesas Financeiras	(5.559)	(6.310)
Despesas Tributárias	(2.957)	(3.781)
Serviços Contratados (A)	(14.057.875)	(9.330.125)
Aluguéis Operacionais	(693.297)	(203.441)
Manutenção	(182.823)	(125.217)
Rateio Despesas Administrativas	(1.342.124)	(1.423.779)
Despesas com Execução do Patrimônio (B)	(507.837)	(400.945)
Processos/Contingências	(1.436.437)	(212.095)
TOTAL	(18.247.724)	(11.707.056)

(A) Do montante, o valor de R\$ 14.057.875 refere-se à lançamento de notas fiscais da competência 12/2023 o qual são revertidas em janeiro de 2024. As demais despesas referem-se às despesas ocorridas no decorrer do ano com documento fiscal emitido e escriturado até 31/12/2023.

(B) Valor refere-se execução de transferências de bens patrimoniais, conforme determina a Lei nº. 21.740/2022 – Art. 20. O HDS efetuou a transfe-

rência de seu ativo imobilizado para a Secretaria de Estado da Saúde/SES GO, ficando somente com a obrigação de guardar, zelar e manter. Os bens adquiridos no decurso do exercício passaram a ser registrados em contas de controle "contas de compensação". Estes bens, por sua vez, continuam apenas sendo registrados pelo custo histórico de aquisição.

26. COMPENSADO

Os Bens de terceiros sobre administração da unidade estão assim classificados:

DESCRIÇÃO	2023	2022
Contrato de Gestão	32.996.649	-
Bens Cedidos pela SES-GO	598.601	234.524
Bens Adquiridos Contrato de Gestão	8.641.606	7.556.380
Bens Comodatos de Terceiros (A)	74.483	90.673
Isonções Cebas (B)	4.302.040	2.955.507
TOTAL	46.613.378	10.837.085

(A) Bens comodatos terceiros composto pelas contas: Comodato - Maquinas Aparelhos e Equipamentos e Sistemas e Aplicativos de software.

(B) Isonções CEBAS contabilizadas conforme a ITG 2002 (R1). Item 26 - Contas de Compensação, sendo assim foram apuradas de janeiro a dezembro de 2023 o valor de R\$ 4.302.040. Gratuidade renovada pela Portaria nº 639, de 22 de setembro de 2022, do Ministério da Saúde - Secretaria de Atenção Especializada à Saúde.

"Sem prejuízo das informações econômicas divulgadas nas demonstrações contábeis, a entidade pode controlar em conta de compensação transações referentes a isenções, gratuidades e outras informações para a melhor evidência contábil".

27. DOAÇÕES

DESCRIÇÃO	2023	2022
Doações de Mercadorias (A)	12.045	107.778
Doações de Ativo Imobilizado (A)	16.623	234.927
TOTAL	28.667	342.704

(A) A unidade HDS recebeu doações de mercadorias composta por: materiais hospitalares e medicamentos no valor de R\$ 12.045; e doação de ativo imobilizado constituída por: móveis, utensílios e equipamentos médicos no valor de R\$ 16.623 neste ano de 2023. Houve redução das receitas de doações em comparação com o ano de 2022, as doações são espontâneas, portanto, a instituição não tem nenhuma governança sobre os doadores.

28. SEGURO

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens patrimoniais. Conforme demonstrado a seguir:

SEGURO CARRO – Mapfre SEGURO (Doblo Attractive 1.4 Fire 8v)		
Descrição	Vigência	Unidade
4061000062931	21/02/2023 à 21/02/2024	HDS
Valor Residual a Apropriar R\$ 76		

29. POLÍTICAS DE RECONHECIMENTO DA RECEITA

As receitas do HDS são levadas a cabo de escrituração contábil e reconhecimento, em consonância como o Pronunciamento Técnico CPC 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais, item 15 – letra (b), logo, as subvenções são reconhecidas como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação, pelo regime de competência. A receita de subvenção é reconhecida em bases sistemáticas e racionais ao longo do período necessário e confrontado com as despesas correspondentes.

30. VOLUNTÁRIADO

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AGIR mensurou os trabalhos voluntários por ela recebida durante o exercício. O valor de trabalho voluntário foi reconhecido como se devido fosse com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos, sendo estimado em R\$ 3.476.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - GESTÃO DE RISCOS E LIQUIDEZ

A unidade hospitalar participa de operações que envolvem instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio da definição de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, minimizando a exposição em suas operações.

As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas



agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Os instrumentos financeiros, ativos e passivos, que a entidade possui (caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar) são avaliados pelo custo amortizado e os títulos e valores mobiliários são avaliados ao valor justo, de acordo com o Pronunciamento Técnico **CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração**.

O valor contábil dos instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo custo amortizado não difere substancialmente dos seus respectivos valores de mercado.

Em **31 de dezembro de 2023**, não existem instrumentos financeiros na forma de derivativos nem de risco semelhante.

As atividades da entidade a expõem a diversos riscos, para tanto, estes são regularmente monitorados a fim de avaliar os impactos sobre os seus resultados. A superintendência executiva juntamente com a superintendência de operações e finanças examinam e revisam informações relacionadas com o gerenciamento dos riscos incluindo os procedimentos e práticas aplicadas no controle dos mesmos. A seguir a conceituação dos principais riscos inerentes às atividades da Entidade.

a. Risco de Capital e de Liquidez:

Este tipo de risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função da ausência de ativos de liquidez imediata suficientes para a cobertura dos passivos imediatos.

Os objetivos da Entidade ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações das Unidades Administradas.

b. Risco Legal:

Está associado às perdas decorrentes de multas, penalidades ou indenizações resultantes de ações de órgãos de supervisão e controle, bem como perdas decorrentes de decisão desfavorável em processos judiciais ou administrativos.

32. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO E DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Superintendente Executivo e pelo Superintendente de Operações e Finanças em 13 de março de 2024.

Goiânia, 13 de março de 2024.

Diego Rodrigues da Silva
Gerente Corporativo Contabilidade e Finanças
CRC 24300/O-0

Claudemiro Euzébio Dourado
Superintendente de Operações e Finanças
CRA-GO 1993

Lucas Paula da Silva
Superintendente Executivo
CORECON-2018/D

PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO, INOVAÇÃO E RESULTADOS EM SAÚDE - AGIR

Os abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal da Associação de Gestão, Inovação e Resultados em Saúde - AGIR, em cumprimento às suas atribuições legais e estatutárias, após examinarem os relatórios gerenciais e de atividades da instituição, opinam pelas suas aprovações, sem ressalvas ou recomendações. De igual forma, após examinarem as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo de 2023, concluem, com base no parecer dos auditores externos independentes que as referidas demonstrações refletem fielmente a posição patrimonial e financeira da associação. Desse modo, manifestam, favoravelmente, pelo encaminhamento das citadas demonstrações para o Conselho de Administração e para a Assembleia Geral dos Associados e aos demais órgãos de fiscalização, opinando pela sua aprovação, sem ressalvas ou recomendações.

Goiânia, 15 de março de 2024

César Helou

Alcides Rodrigues Júnior

Pedro Daniel Bittar

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e aos Conselheiros do HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA E REABILITAÇÃO SANTA MARTA - HDS Goiânia-GO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta – HDS (“HDS” ou “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do HDS em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades do Terceiro Setor.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis do Hospital Estadual de Dermatologia Sanitária e Reabilitação Santa Marta – HDS, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram por nós auditadas e emitimos relatório datado de 15 de março de 2023, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Representatividade – passivo trabalhista/previdenciário

Na análise da auditoria para verificação do atendimento do exigido na Resolução Normativa 13/2017-TCE-GO, notadamente quanto ao disposto na alínea “s”, item 14 do seu Anexo I e no item 2 do seu Anexo III, a auditoria, para manifestar sobre a relação da evolução do passivo trabalhista e/ou previdenciário e o seu impacto nas contas da auditada, constatou que a representatividade apurada foi de 5,86% em relação ao total das contas em 31 de dezembro de 2023, sendo que em 31 de dezembro de 2022 foi de 4,01%, ambos considerados aceitáveis.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente-



agir

HOSPITAL ESTADUAL DE DERMATOLOGIA SANITÁRIA COLÔNIA SANTA MARTA - HDS

mente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 13 de março de 2024.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Patrícia Oliveira de Oliveira
Contadora CRC RS-099011/O-7